

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Faculdade de Ciência da Informação**

**Curso de Graduação em Biblioteconomia**

**A prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas  
especializadas na área jurídica, localizadas no Plano Piloto de  
Brasília**

**Thalyta Ferreira Farias**

**Orientadora: Prof. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque**

**Brasília, DF**

**2025**

Thalyta Ferreira Farias

**A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM  
BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA JURÍDICA,  
LOCALIZADAS NO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Brasília, DF

2025

T365i

FARIAS, Thalyta Ferreira.

A prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas na área jurídica, localizadas no Plano Piloto de Brasília / Thalyta Ferreira Farias. – Brasília, 2025.

68 p.

Orientadora: Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

1. Desenvolvimento de coleções 2. Bibliotecas especializadas. 3. Bibliotecas jurídicas.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** A prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas na área jurídica, localizadas no Distrito Federal

**Autor(a):** Thalyta Ferreira Farias

Monografia apresentada em **17 de fevereiro de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Albeth Sant'anna Costa da Silva



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/03/2025, às 12:51, conforme

horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Alberth Sant'Ana Costa da Silva, Usuário Externo**, em 25/03/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/03/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **12561777** e o código CRC **1EE334E1**.

Referência: Processo nº 23106.031775/2025-19

SEI nº 12561777

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a meus professores que tanto me ensinaram. A minha família pelo seu apoio e a Deus por me permitir chegar até aqui.

## RESUMO

O presente estudo investiga a prática de desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas especializadas, com ênfase nas localizadas em Brasília, que fazem parte da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI). O principal objetivo é examinar de que maneira as políticas de desenvolvimento de coleções são implementadas e como a interação entre bibliotecários e usuários impacta esse processo. De forma mais específica, a pesquisa visa descrever as características dessas bibliotecas, analisar seus documentos de políticas de desenvolvimento de coleções e identificar questões pertinentes sob a ótica dos bibliotecários. A metodologia utilizada consiste em uma abordagem quali-quantitativa, que combina a análise de documentos oficiais das bibliotecas com a aplicação de questionários aos bibliotecários encarregados do desenvolvimento de coleções. Os resultados obtidos indicam que a interação entre bibliotecários e usuários exerce um papel fundamental na constituição de acervos relevantes e na adequação das coleções às necessidades específicas da comunidade jurídica. Além disso, a pesquisa ressalta os desafios enfrentados pelas bibliotecas, como a limitação de espaço físico e as restrições orçamentárias. Conclui-se que a conciliação das políticas de desenvolvimento de coleções com as demandas dos usuários, aliada ao fortalecimento da comunicação entre bibliotecários e usuários, são imprescindíveis para aprimorar o acesso à informação jurídica e fomentar o papel das bibliotecas jurídicas no suporte à pesquisa, à educação e à prática profissional no âmbito do direito.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento de coleções. Bibliotecas especializadas. Bibliotecas jurídicas.

## **ABSTRACT**

The present study investigates the practice of collection development in specialized law libraries, with a focus on those located in Brasília and part of the Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI). The main objective is to examine how collection development policies are implemented and how the interaction between librarians and users impacts this process. More specifically, the research aims to describe the characteristics of these libraries, analyze their collection development policy documents, and identify relevant issues from the perspective of librarians. The methodology employed is a qualitative-quantitative approach, combining the analysis of official library documents with the application of questionnaires to librarians responsible for collection development. The results indicate that the interaction between librarians and users plays a fundamental role in the creation of relevant collections and in tailoring these collections to the specific needs of the legal community. Additionally, the research highlights the challenges faced by libraries, such as limited physical space and budgetary constraints. It is concluded that aligning collection development policies with user demands, along with strengthening communication between librarians and users, is essential to improving access to legal information and enhancing the role of law libraries in supporting research, education, and professional practice in the field of law.

**Keywords:** Collection development. Specialized libraries. Law libraries.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                     |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                   | 10 |
| 1.1 Problema.....                                                                                                                                   | 11 |
| 1.2 Objetivos.....                                                                                                                                  | 11 |
| 1.3 Justificativa.....                                                                                                                              | 12 |
| 1.4 Estrutura da monografia.....                                                                                                                    | 12 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA.....                                                                                                                        | 14 |
| 2.1 Bibliotecas especializadas em informações jurídicas.....                                                                                        | 14 |
| 2.2 Desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas.....                                                                                       | 18 |
| 2.3 Políticas de desenvolvimento de coleções.....                                                                                                   | 22 |
| 2.4 Interação entre bibliotecários e usuários.....                                                                                                  | 27 |
| 3 METODOLOGIA.....                                                                                                                                  | 29 |
| 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....                                                                                                        | 32 |
| 4.1 Descrição das características gerais das bibliotecas que compõem a RVBI.....                                                                    | 32 |
| 4.2 Descrição e análise dos documentos relacionados ao desenvolvimento de coleção.....                                                              | 37 |
| 4.3 Questões relacionadas ao desenvolvimento de coleções a partir do ponto de vista dos bibliotecários do setor de desenvolvimento de coleções..... | 43 |
| 5 CONCLUSÃO.....                                                                                                                                    | 54 |
| 6 REFERÊNCIAS.....                                                                                                                                  | 56 |
| APÊNDICE A.....                                                                                                                                     | 63 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |                                  |
|-------|----------------------------------|
| AACR2 | Anglo-American Cataloguing Rules |
| CDD   | Classificação Decimal de Dewey   |
| CDDir | Classificação Decimal de Direito |
| DF    | Distrito Federal                 |
| RDA   | Resource Description and Access  |
| RFID  | Radio Frequency Identification   |
| RVBI  | Rede Virtual de Bibliotecas      |
| STF   | Supremo Tribunal Federal         |
| STJ   | Superior Tribunal de Justiça     |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                         |    |
|---------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Bibliotecas participantes.....               | 44 |
| Tabela 2 - Faixa etária.....                            | 44 |
| Tabela 3 - Formação acadêmica.....                      | 45 |
| Tabela 4 - Formação acadêmica complementar.....         | 45 |
| Tabela 5 - Experiência.....                             | 46 |
| Tabela 6 - Revisão de políticas.....                    | 47 |
| Tabela 7 - Adequação das políticas.....                 | 48 |
| Tabela 8 - Critérios e relevância.....                  | 49 |
| Tabela 9 - Formas de comunicação com usuários.....      | 50 |
| Tabela 10 - Frequência de comunicação com usuários..... | 50 |
| Tabela 11 - Influência dos usuários.....                | 51 |
| Tabela 12 - Desafios.....                               | 52 |

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas especializadas em informação jurídica desempenham um papel crucial no suporte à pesquisa acadêmica, à prática profissional e à disseminação da informação legal para diversos públicos, incluindo advogados, juízes, pesquisadores e estudantes. Essas bibliotecas são responsáveis por garantir o acesso a uma variedade de fontes, como legislação, jurisprudência, doutrina e outros documentos que auxiliam na interpretação e aplicação do direito. No entanto, o desenvolvimento de coleções nesse tipo de biblioteca apresenta desafios específicos, que vão desde a atualização constante dos acervos até a limitação de recursos financeiros e espaciais.

Segundo Vergueiro (2009), o desenvolvimento de coleções é um processo dinâmico e contínuo, que visa garantir a adequação do acervo às necessidades informacionais dos usuários. Nesse contexto, Evans e Saponaro (2000) destacam que uma política bem definida de desenvolvimento de coleções contribui para a racionalização dos recursos disponíveis, permitindo que a biblioteca atenda de forma mais eficaz às demandas de seus usuários. No caso das bibliotecas jurídicas, a necessidade de atualização constante dos acervos torna esse processo ainda mais desafiador, conforme apontado por Johnson (2018), que enfatiza a importância da aquisição criteriosa de materiais em áreas do conhecimento sujeitas a mudanças frequentes.

No contexto da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), que integra bibliotecas jurídicas de diferentes instituições públicas no Distrito Federal, a prática do desenvolvimento de coleções exige políticas bem estruturadas e processos que garantam a relevância, a atualidade e a acessibilidade das obras adquiridas. Como destaca Miranda (2020), a colaboração entre bibliotecas pode ser uma estratégia eficiente para otimizar o acesso a recursos especializados e minimizar impactos orçamentários. Além disso, a interação entre bibliotecários e usuários surge como um fator determinante para a adequação do acervo às necessidades reais da comunidade atendida, possibilitando uma seleção mais estratégica de materiais e o aprimoramento contínuo dos serviços prestados.

Diante disso, esta pesquisa busca investigar como ocorre a prática do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas jurídicas que compõem a RVBI, analisando suas diretrizes institucionais, seus desafios e a forma como a comunicação entre bibliotecários e usuários influencia a construção dos acervos. A relevância deste estudo se justifica pela necessidade de compreender os mecanismos de gestão da informação nesses ambientes especializados, contribuindo para a melhoria das políticas de acervo e para o fortalecimento do papel das bibliotecas jurídicas no suporte à pesquisa e à prática jurídica.

### **1.1 Problema**

Como ocorre a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas na área jurídica, localizadas no Plano Piloto?

### **1.2 Objetivos**

Este estudo busca compreender algumas questões acerca das políticas de desenvolvimento de acervo e suas relações com os usuários, as quais são apresentadas a seguir.

#### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar como ocorre a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas na área jurídica, localizadas no Plano Piloto.

#### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Descrever as características gerais das bibliotecas especializadas, das jurídicas e das que compõem a RVBI.
- Descrever e analisar os documentos relacionados ao desenvolvimento de coleção (as políticas internas das bibliotecas analisadas).

- Identificar as questões relacionadas ao desenvolvimento de coleções a partir do ponto de vista dos bibliotecários do setor de desenvolvimento de coleções e da referência.

### **1.3 Justificativa**

O desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas é um processo que exige planejamento estratégico e a adoção de critérios claros para aquisição, manutenção e descarte de materiais. Como destaca Johnson (2018), a qualidade do acervo impacta diretamente na efetividade dos serviços prestados pela biblioteca, tornando essencial a implementação de políticas bem definidas. No contexto da RVBI, essa questão se torna ainda mais relevante, uma vez que a rede visa a integração e otimização dos recursos informacionais disponíveis.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como essas bibliotecas estruturam suas políticas de desenvolvimento de coleções e como essas políticas podem ser aprimoradas para atender melhor às demandas informacionais dos usuários. Além disso, busca-se identificar boas práticas que possam ser replicadas em outras instituições, promovendo maior eficiência na gestão dos acervos jurídicos. O fortalecimento da comunicação entre bibliotecários e usuários também se mostra como um fator-chave para tornar o processo mais dinâmico e adaptável às mudanças constantes do ambiente jurídico.

Portanto, este estudo tem o potencial de contribuir significativamente para a Biblioteconomia jurídica, fornecendo *insights* sobre as melhores práticas para a gestão de coleções e propondo recomendações para aprimorar o desenvolvimento de acervos jurídicos, garantindo que essas bibliotecas cumpram plenamente sua missão de oferecer suporte à pesquisa e à prática profissional no campo do direito.

### **1.4 Estrutura da monografia**

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a seção 1 trata da introdução do trabalho e abrange o problema, os objetivos e a justificativa. A seção 2

apresenta a revisão de literatura. A seção 3 apresenta a metodologia, já a seção 4 exibe os resultados e a análise da pesquisa qualitativa e quantitativa, envolvendo o questionário aplicado aos bibliotecários da RVBI e, por fim, a seção 5 traz as considerações finais do trabalho.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Esta seção trata-se de uma revisão de literatura, com objetivo de explicar os conceitos que permeiam a discussão principal deste trabalho. São abordados os seguintes temas: bibliotecas especializadas em informações jurídicas, desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas, políticas de desenvolvimento de coleções e interação entre bibliotecários e usuários.

### **2.1 Bibliotecas especializadas em informações jurídicas**

As bibliotecas especializadas são instituições informacionais voltadas para atender necessidades específicas de uma determinada área do conhecimento, oferecendo serviços e acervos direcionados a públicos que requerem informações especializadas. Bibliotecas públicas e acadêmicas procuram satisfazer um amplo espectro de usuários e campos do conhecimento. Em contraste, as bibliotecas especializadas, como as jurídicas, focam em um segmento limitado e estratégico. Isso exige uma gestão de coleções mais precisa. Segundo Santos (2021), estas são entendidas como bibliotecas com o objetivo de atender necessidades informacionais de públicos especializados em alguma área do conhecimento.

Esse tipo de biblioteca pode estar vinculado a instituições públicas ou privadas. No caso das bibliotecas jurídicas, são normalmente associadas a órgãos do poder Judiciário, Legislativo e Executivo, como ocorre com a RVBI. Miranda (2020) destaca que o desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas deve estar alinhado à missão institucional, às demandas específicas dos usuários e ao dinamismo das áreas de conhecimento atendidas. O acervo de uma biblioteca especializada jurídica, por exemplo, abrange temas como doutrina, jurisprudência, legislação e outras áreas que dialogam diretamente com o direito, como ciência política e administração pública.

Essas bibliotecas possuem uma missão alinhada diretamente aos objetivos da instituição que as mantém, o que significa que o desenvolvimento de suas coleções

deve estar ligado à missão institucional. Santos (2020) afirma que o desenvolvimento de coleções jurídicas tem suas peculiaridades. O acervo deve acompanhar as atualizações normativas constantes e atender às demandas de uma área em constante mudança. A especificidade informacional dos usuários influencia as decisões de gerenciamento do acervo. Isso cria uma necessidade para bibliotecários, especialistas e assistentes da equipe terem competência nos assuntos tratados.

Outros fatores importantes a serem considerados nas bibliotecas especializadas são a flexibilidade e a agilidade no desenvolvimento e atualização das coleções. Miranda (2020) enfatiza a necessidade de flexibilidade nas políticas de desenvolvimento de coleções, particularmente em áreas jurídicas. As revisões legislativas e novas publicações afetam o trabalho dos usuários. Portanto, a gestão de acervos em bibliotecas especializadas precisa de políticas claras. Isso garante a atualização constante e adequação do acervo às demandas dos usuários. Essas práticas contribuem significativamente para o avanço profissional e acadêmico na área de atuação.

As bibliotecas jurídicas são um tipo específico de biblioteca especializada cuja função, segundo Vergueiro (2009), é atender às necessidades das organizações a que pertencem. Essas bibliotecas desempenham um papel fundamental no suporte à pesquisa jurídica, fornecendo acesso às fontes essenciais que sustentam a prática do direito e o desenvolvimento acadêmico na área.

As características dessas bibliotecas incluem um acervo especializado, com materiais frequentemente atualizados para acompanhar as constantes mudanças legislativas, novas interpretações jurídicas e decisões judiciais. Isso torna a manutenção e o desenvolvimento de coleções uma atividade crucial para sua eficácia (Vergueiro, 2009). Além disso, a organização do acervo segue princípios específicos de classificação e catalogação, muitas vezes utilizando sistemas como a Classificação Decimal de Direito (CDDir) e/ou a Classificação Decimal de Dewey (CDD) para o sistema de ordenamento e a *Anglo-American Cataloguing Rules*

(AACR2) ou o *Resource Description and Access* (RDA) para fins de descrição bibliográfica.

A importância dessas bibliotecas no contexto da informação especializada está diretamente relacionada à capacidade de fornecer materiais que vão além do conhecimento generalista. Concentram-se, pois, em fontes aprofundadas e detalhadas que auxiliam na resolução de questões jurídicas complexas e na elaboração de pareceres, decisões judiciais e pesquisas acadêmicas. Segundo Vergueiro (2018), ao atender um público que exige precisão e confiabilidade na informação, as bibliotecas jurídicas desempenham um papel essencial na manutenção e promoção da democracia, uma vez que o acesso à informação jurídica de qualidade é fundamental para a boa administração da justiça e a preservação dos direitos dos cidadãos.

As bibliotecas especializadas são instituições que atendem necessidades específicas de uma área do conhecimento. Elas oferecem serviços e acervos para públicos que precisam de informações especializadas (Cunha; Cavalcanti, 2008). Por outro lado, bibliotecas públicas e acadêmicas atendem a um amplo espectro de usuários e áreas. Bibliotecas especializadas, como as jurídicas, focam em um segmento limitado e estratégico, exigindo uma gestão de coleções mais direcionada (Figueiredo, 1994). Isso reforça sua relevância como canal imprescindível de conhecimento especializado, não apenas para o cotidiano de profissionais do direito, mas também para o desenvolvimento contínuo de estudos e pesquisas na área jurídica (Silva; Menezes, 2000).

A gestão de bibliotecas jurídicas enfrenta uma série de desafios únicos derivados da complexidade e da especificidade do seu acervo, além das exigências informacionais dos seus usuários. Um dos principais desafios está na atualização constante do acervo, uma vez que o campo jurídico está em contínua evolução, com um grande volume informacional sendo gerado, como aponta Miranda (2019), tendo mudanças frequentes na legislação, novas jurisprudências e revisões doutrinárias. Esse dinamismo impõe aos bibliotecários a tarefa de garantir que o acervo esteja

sempre atualizado para refletir as últimas alterações legais e decisões judiciais, o que é crucial para a prática jurídica (Miranda, 2020).

Além disso, a diversidade de fontes é outro obstáculo significativo na gestão dessas bibliotecas. O acervo jurídico não se limita apenas a livros e periódicos, inclui também documentos especializados como pareceres, relatórios técnicos, decisões judiciais e legislações em diferentes níveis (federal, estadual e municipal), além de bases de dados digitais que precisam ser integrados eficientemente para facilitar o acesso e consulta pelos usuários (Miranda, 2020). A curadoria desse material demanda conhecimento especializado do bibliotecário, que deve estar familiarizado com a seleção e organização de fontes diversas, garantindo a relevância e acessibilidade ao público.

As necessidades dos usuários também representam um desafio importante. O público das bibliotecas jurídicas, composto por advogados, juízes, servidores públicos, professores e estudantes de direito, exige atendimento especializado e personalizado, que vai além da simples orientação para uso de catálogos. A interação entre bibliotecários e usuários deve ser altamente qualificada, uma vez que a pesquisa jurídica pode ser minuciosa e requer materiais precisos para subsidiar interpretações legais (Barreiros, 2019). Além disso, o aumento do uso de ferramentas tecnológicas e das bases de dados jurídicas eletrônicas também mostra a necessidade de treinamento constante tanto para bibliotecários quanto para usuários, visando otimizar o uso desses recursos.

A gestão orçamentária das bibliotecas jurídicas é outro fator que precisa ser considerado, pois a aquisição de materiais atualizados e a assinatura de bases de dados especializadas, frequentemente, envolvem altos custos. Isso impõe uma administração criteriosa dos recursos disponíveis, implicando dificuldades referentes à taxa de atualização e qualidade dos materiais escolhidos, visto que o custo-benefício se apresenta como um fator relevante na tomada de decisão (Miranda; Gallotti; Miranda, 2016). Nesse contexto, a implementação de políticas claras e dinâmicas para o desenvolvimento de coleções é essencial. Além disso, a comunicação eficaz com os usuários para entender suas demandas informacionais é

crucial. Assim, as bibliotecas jurídicas podem superar desafios e continuar seu papel fundamental na disseminação do conhecimento jurídico.

## **2.2 Desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas**

De acordo com Vergueiro (1989), a prática do desenvolvimento de coleções ocorre como um ciclo de ações e tomadas de decisões para alimentar, atualizar, avaliar e desbastar o acervo. O desenvolvimento de coleções é, portanto, um processo holístico, que não se restringe à escolha de itens que comporão o acervo ou serão descartados. Na visão de Vergueiro (1989, p.17), o desenvolvimento de coleções é um processo cíclico, que envolve o estudo de comunidade, as políticas de seleção, a seleção, a aquisição, o desbastamento e a avaliação. Historicamente, o desenvolvimento de coleções tem suas raízes na tradição de bibliotecas antigas, que visavam preservar o conhecimento disponível de uma época, como nas grandes bibliotecas da antiguidade, a exemplo da Biblioteca de Alexandria (Cassenelli, 1999). No entanto, ao longo do tempo, com o aumento exponencial da produção de informação e o avanço da tecnologia, a ênfase mudou de uma abordagem cumulativa para uma mais seletiva e dinâmica.

No século XX, o desenvolvimento de coleções evoluiu para um campo estruturado e especializado dentro da biblioteconomia, particularmente com a criação de políticas formais de desenvolvimento, que começaram a ser implementadas para orientar bibliotecas em suas decisões sobre quais materiais deveriam ser adquiridos, mantidos ou descartados (Johnson, 2018). O surgimento do modelo Conspectus marcou um ponto de virada ao introduzir uma metodologia mais padronizada para o desenvolvimento de coleções, facilitando a avaliação e o compartilhamento de acervos entre bibliotecas (Schmidt, 1989). Caribé (2014) explica que este modelo foi desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1980, como uma metodologia cujo objetivo é auxiliar bibliotecas no gerenciamento de suas coleções. Trata-se de uma abordagem estruturada que permite avaliar e descrever o nível de abrangência e profundidade das coleções em diferentes áreas temáticas. Essa ferramenta facilita a identificação de pontos fortes e lacunas nos acervos, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e estratégico. Além disso, o Conspectus é

amplamente utilizado tanto na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções quanto no acompanhamento contínuo da qualidade e relevância dos materiais disponíveis, permitindo os ajustes e as melhorias constantes, conforme as necessidades dos usuários.

No contexto das bibliotecas especializadas, como as jurídicas, o desenvolvimento de coleções assume uma relevância ainda maior, dado que o acervo precisa ser não apenas abrangente, mas também atualizado para refletir mudanças constantes na legislação, jurisprudência e doutrina (Balleste; Luna-Lamas; Smith-Butler, 2017). O desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas deve, portanto, ser pautado por uma política que leve em consideração tanto as necessidades imediatas dos usuários – como advogados, juízes e estudantes – quanto à antecipação de demandas futuras, dado o caráter evolutivo e cíclico do conhecimento jurídico.

Além disso, no contexto atual, com o advento das coleções digitais, o desenvolvimento de coleções envolve também a curadoria de recursos eletrônicos, como bases de dados e livros eletrônicos, o que traz novos desafios e oportunidades para as bibliotecas (Johnson, 2018). O processo de gestão de coleções não é estático, mas um ciclo contínuo de avaliação e ajuste. Assim, o desenvolvimento de coleções reflete tanto uma prática histórica de curadoria de conhecimento quanto uma função moderna e estratégica, fundamental para o sucesso das bibliotecas em oferecer um acervo que seja, ao mesmo tempo, atual, relevante e adequado às necessidades de seus usuários (Johnson, 2018).

A aplicação do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas envolve um processo estratégico e contínuo, que visa garantir que o acervo não apenas atenda às necessidades específicas de um público especializado, mas também permaneça relevante e atualizado diante das rápidas mudanças e dos avanços no campo do conhecimento que essa biblioteca serve (Balleste; Luna-Lamas; Smith-Butler, 2017). Diferentemente das bibliotecas de caráter geral, que buscam atender uma gama variada de interesses e áreas do saber, as bibliotecas especializadas, como as jurídicas, concentram-se em fornecer recursos altamente específicos, o que exige uma política de desenvolvimento de coleções

criteriosa e adaptada. A seleção de novos materiais deve ser orientada por critérios que considerem a pertinência temática, a autoridade dos autores, a atualidade e a confiabilidade das fontes, especialmente em áreas como o direito, em que mudanças legislativas, novas jurisprudências e atualizações doutrinárias ocorrem com frequência (Balleste; Luna-Lamas; Smith-Butler, 2017).

Além disso, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas deve incorporar recursos tanto físicos quanto digitais, com ênfase no acesso remoto a bases de dados eletrônicas, revistas científicas e documentos especializados, o que amplia o acesso dos usuários à informação atualizada e relevante (Miranda, 2020). Outro aspecto importante na aplicação do desenvolvimento de coleções é a avaliação contínua do uso do acervo, o que envolve monitorar a frequência de uso de determinados materiais e a adequação das coleções às demandas dos usuários. Isso permite que os bibliotecários tomem decisões informadas sobre o desbaste ou a aquisição de novos itens.

Nesse contexto, a interação entre bibliotecários e usuários torna-se um componente fundamental para a aplicação eficaz do desenvolvimento de coleções. Isso permite que os bibliotecários identifiquem as necessidades informacionais específicas dos seus usuários e ajustem o acervo de acordo com essas demandas. Seja por meio da aquisição de novos materiais ou da eliminação de conteúdos obsoletos (Johnson, 2018). Em suma, a aplicação do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas é um processo dinâmico e adaptativo. Isso exige não apenas uma gestão criteriosa de recursos, mas também uma compreensão profunda das necessidades e expectativas de um público especializado. Isso garante a relevância e a eficácia das coleções em apoiar a pesquisa, o ensino e a prática profissional em áreas específicas do conhecimento (Balleste; Luna-Lamas; Smith-Butler, 2017).

A gestão de acervos jurídicos enfrenta diversos desafios que, embora complexos, também trazem oportunidades significativas para a modernização e otimização das bibliotecas especializadas nessa área. Um dos principais desafios está na necessidade constante de atualização do acervo. Esse fluxo constante de novas

informações exige que os bibliotecários estejam em sintonia com as mudanças, garantindo que o acervo reflita as normativas e decisões mais recentes. O que é crucial para a prática jurídica. Além disso, a diversidade de fontes que compõem um acervo jurídico — como leis e sentenças, pareceres, artigos científicos, livros e bases de dados eletrônicas — apresenta o desafio de equilibrar recursos físicos e digitais, gerenciando o acesso e a curadoria de ambos de maneira eficaz.

Outro aspecto desafiador é a curadoria de acervos digitais. Isso requer investimento em assinaturas de bases de dados especializadas e adaptação dos usuários para o uso dessas ferramentas eletrônicas, especialmente aqueles que ainda não estão familiarizados com a pesquisa digital. Por outro lado, esses desafios trazem oportunidades valiosas como o fortalecimento das práticas de curadoria digital. Isso permite aos bibliotecários expandir o alcance do acervo e oferecer maior acessibilidade à informação, independentemente das limitações físicas da biblioteca (Miranda, 2020). A interação com os usuários também se destaca como uma oportunidade de aprimoramento uma vez que a comunicação contínua entre bibliotecários e profissionais do direito pode orientar a aquisição de novos materiais e exclusão de conteúdos obsoletos garantindo que o acervo permaneça relevante e útil (Santos 2021).

A adoção de políticas de desenvolvimento de coleções mais flexíveis e responsivas que incorporem a voz dos usuários pode transformar o desafio da rápida obsolescência informacional em uma oportunidade de evolução constante, adaptando o acervo às necessidades reais da prática jurídica (Balleste; Luna-Lamas; Smith-Butler, 2017). Além disso, a integração de tecnologias emergentes como inteligência artificial e ferramentas avançadas de recuperação de informações jurídicas apresenta uma oportunidade para aumentar a eficiência na busca por informações, facilitando o trabalho dos operadores do direito. Assim, a gestão de acervos jurídicos embora repleta de desafios operacionais e tecnológicos também oferece oportunidades significativas para transformar as bibliotecas jurídicas em centros de excelência no suporte à prática profissional acadêmica, adaptando-se constantemente às novas demandas e aproveitando as inovações tecnológicas disponíveis (Santos 2021).

## **2.3 Políticas de desenvolvimento de coleções**

As políticas de desenvolvimento de coleções fornecem diretrizes claras e estruturadas que orientam as decisões relacionadas à seleção, aquisição, manutenção e ao desbaste dos materiais que compõem o acervo. A elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções busca garantir a relevância da biblioteca jurídica, especialmente ao lidar com informações que mudam constantemente (Pacta, 2021).

As políticas permitem que as bibliotecas jurídicas definam critérios objetivos para a seleção de novos materiais, considerando aspectos como a autoridade dos autores, a atualidade das informações e a relevância temática, fatores essenciais para garantir a qualidade das coleções. Além disso, a implementação de diretrizes eficazes promove a transparência e a consistência nas decisões de aquisição e descarte, o que é importante em bibliotecas que lidam com a complexidade das informações jurídicas. Uma política bem definida assegura que o descarte de materiais seja feito de forma criteriosa, evitando a perda de conteúdo relevante para os usuários (Pacta, 2021).

As bibliotecas especializadas são instituições informacionais voltadas para atender necessidades específicas de uma determinada área do conhecimento, oferecendo serviços e acervos direcionados a públicos que requerem informações especializadas. Diferentemente das bibliotecas públicas ou acadêmicas, cujo objetivo é atender a uma vasta gama de usuários e áreas do saber, as bibliotecas especializadas, como as jurídicas, têm suas atividades centradas em um segmento restrito e estratégico, o que exige uma abordagem mais precisa na gestão de coleções. Segundo Vieira (2014), estas são entendidas como bibliotecas para atender necessidades informacionais de públicos especializados em alguma área do conhecimento.

Esse tipo de biblioteca pode estar vinculado a instituições públicas ou privadas. No caso das bibliotecas jurídicas, são normalmente associadas a órgãos do poder Judiciário, Legislativo e Executivo, como ocorre com a RVBI. Miranda (2019) destaca

que o desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas deve estar alinhado à missão institucional, às demandas específicas dos usuários e ao dinamismo das áreas de conhecimento atendidas.

As políticas também incentivam a colaboração e a interação entre bibliotecários e usuários, permitindo que a coleta de *feedback* dos usuários seja incorporada ao processo de desenvolvimento de coleções, o que, por sua vez, contribui para a construção de acervos que realmente refletem as necessidades práticas e acadêmicas da comunidade jurídica. Em um ambiente onde a legislação e a jurisprudência estão em constante mudança, essas políticas são vitais para a manutenção da relevância e da eficácia das bibliotecas, permitindo que elas se adaptem rapidamente às novas exigências e desafios do campo. Conforme o estudo Desenvolvimento de coleções: uma visão para o planejamento nas bibliotecas jurídicas brasileiras escrito por Miranda (2018), a criação de um planejamento estratégico robusto permite que as bibliotecas respondam de forma ágil às mudanças, com base em informações constantemente atualizadas.

Essas bibliotecas possuem uma missão alinhada diretamente aos objetivos da instituição que as mantém, o que significa que o desenvolvimento de suas coleções deve estar ligado à missão institucional. De acordo com Santos (2020), "o desenvolvimento de coleções jurídicas apresenta particularidades, uma vez que o acervo precisa refletir as constantes atualizações normativas e atender às exigências de uma área em permanente transformação." A especificidade informacional dos usuários revela-se como um fator influente sobre as decisões tomadas acerca do gerenciamento do acervo, criando uma necessidade de bibliotecários e outros funcionários da equipe, como especialistas e assistentes, de possuírem uma *expertise* nos assuntos tratados.

Outros fatores importantes a serem considerados nas bibliotecas especializadas são a flexibilidade e a agilidade no desenvolvimento e atualização das coleções. Miranda (2019) afirma que "a flexibilidade nas políticas de desenvolvimento de coleções é indispensável, especialmente em áreas jurídicas, onde as revisões legislativas e as novas publicações têm impacto direto no trabalho dos usuários."

Portanto, a gestão de acervos em bibliotecas especializadas requer políticas claras e práticas de desenvolvimento de coleções, que garantam a atualização constante e a adequação do acervo às demandas informacionais específicas de seus usuários, contribuindo significativamente para o avanço das práticas profissionais e acadêmicas na área.

As bibliotecas jurídicas são um tipo específico de biblioteca especializada, cuja função, segundo Vergueiro (2009), é atender às necessidades das organizações às quais pertencem. Essas bibliotecas desempenham um papel fundamental no suporte à pesquisa jurídica, fornecendo acesso às fontes essenciais que sustentam a prática do direito e o desenvolvimento acadêmico na área.

Essas bibliotecas incluem um acervo especializado com materiais, frequentemente atualizados para acompanhar as constantes mudanças legislativas, novas interpretações jurídicas e decisões judiciais. Isso torna a manutenção e o desenvolvimento de coleções uma atividade crucial para sua eficácia (Vergueiro, 2009).

A importância dessas bibliotecas no contexto da informação especializada está diretamente relacionada à capacidade de fornecer materiais que vão além do conhecimento generalista. Concentram-se em fontes aprofundadas e detalhadas que auxiliam na resolução de questões jurídicas complexas e na elaboração de pareceres, decisões judiciais e pesquisas acadêmicas. Segundo Vergueiro (2009), ao atender um público que exige precisão e confiabilidade na informação, as bibliotecas jurídicas desempenham um papel essencial na manutenção e promoção da democracia, uma vez que o acesso à informação jurídica de qualidade é fundamental para a boa administração da justiça e a preservação dos direitos dos cidadãos.

Ademais, a interação entre bibliotecários e usuários nas bibliotecas jurídicas é especialmente importante. Os profissionais da informação atuam como mediadores especializados capazes de compreender as complexas necessidades dos usuários e orientar a busca e o uso eficaz da informação jurídica. A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), por exemplo, congrega bibliotecas jurídicas de diferentes instituições,

otimizando o acesso a esses materiais e promovendo uma gestão colaborativa dos acervos. Isso reforça sua relevância como canal imprescindível de conhecimento especializado não apenas para o cotidiano de profissionais do direito, mas também para o desenvolvimento contínuo de estudos e pesquisas na área jurídica.

A gestão das bibliotecas jurídicas enfrenta uma série de desafios únicos derivados da complexidade e da especificidade do acervo, além das exigências informacionais dos usuários. Um dos principais desafios está na atualização constante do acervo, uma vez que o campo jurídico está em contínua evolução, com grande volume informacional sendo gerado. Esse dinamismo impõe aos bibliotecários a tarefa de garantir que o acervo esteja sempre atualizado para refletir as últimas alterações legais e decisões judiciais, o que é crucial para a prática jurídica (Miranda, 2018).

Além disso, a diversidade de fontes é outro obstáculo significativo na gestão dessas bibliotecas. O acervo jurídico não se limita apenas a livros e periódicos, ele inclui também documentos especializados como pareceres, relatórios técnicos, decisões judiciais, legislações em diferentes níveis (federal, estadual e municipal) além de bases de dados digitais que precisam ser integrados eficientemente para facilitar o acesso e consulta pelos usuários (Miranda, 2018). A curadoria desse material demanda conhecimento especializado do bibliotecário, que deve estar familiarizado com a seleção e organização de fontes diversas, garantindo a relevância e acessibilidade ao público.

As necessidades dos usuários também representam um desafio importante. O público das bibliotecas jurídicas é composto por advogados, juízes, servidores públicos, professores e estudantes e exige atendimento especializado personalizado que vai além da simples orientação para uso de catálogos. A interação entre bibliotecários e usuários deve ser altamente qualificada, uma vez que a pesquisa jurídica pode ser minuciosa, requerendo materiais precisos para subsidiar interpretações legais (Barreiros, 2014). Além disso, o aumento do uso de ferramentas tecnológicas como bases de dados jurídicas eletrônicas também mostra

a necessidade de treinamento constante tanto para bibliotecários quanto para usuários, visando otimizar o uso desses recursos.

Em relação à gestão orçamentária das bibliotecas jurídicas, outro fator que precisa ser considerado é a aquisição de materiais atualizados. A assinatura de bases de dados especializadas, frequentemente, envolve altos custos. Isso impõe uma administração criteriosa dos recursos disponíveis, implicando dificuldades referentes à taxa de atualização e à qualidade dos materiais escolhidos, visto que o custo-benefício se apresenta como um fator relevante na tomada de decisão (Miranda, 2016). Nesse contexto, a implementação de políticas claras e dinâmicas para o desenvolvimento das coleções, aliada à comunicação eficaz com os usuários para entender suas demandas informacionais são essenciais para que as bibliotecas jurídicas consigam superar esses desafios e continuar desempenhando papel fundamental na disseminação do conhecimento jurídico.

As políticas também incentivam a colaboração entre bibliotecários e usuários, permitindo que a coleta de *feedback* dos usuários seja incorporada ao processo de desenvolvimento de coleções. Tal fato contribui para a construção de acervos que realmente refletem as necessidades da comunidade jurídica.

Portanto, as políticas de acervo não são apenas ferramentas de gestão, mas também instrumentos estratégicos, que asseguram o cumprimento da missão de facilitar acesso à informação de qualidade, apoiar a prática do direito e a educação da área, ao garantir que os usuários tenham sempre à disposição os recursos necessários para o trabalho. Como menciona o artigo de Silva (2018), a gestão deve estar em constante revisão para acompanhar as necessidades emergentes da comunidade jurídica, destacando a importância de políticas dinâmicas que reflitam mudanças constantes deste campo.

A análise das políticas de desenvolvimento de acervos especializados permite compreender como as diretrizes orientam a aquisição e a manutenção de coleções, que atendem às necessidades específicas dos usuários. As políticas devem ser formuladas com base em critérios, considerando o público atendido e, também, a atualidade das informações, a relevância temática e a autoridade das fontes. Neste

contexto, o Conspectus diz respeito a um método de gerenciamento de coleções, que pode ser usado como ferramenta eficaz na avaliação e no desenvolvimento contínuo, permitindo ajustes dinâmicos das respostas às mudanças contextuais informacionais (Caribé, 2014).

Portanto, a análise das políticas de desenvolvimento de acervos em bibliotecas especializadas é uma ferramenta essencial para garantir que essas instituições cumpram sua missão de facilitar o acesso à informação de qualidade, apoiando, assim, a pesquisa e a prática profissional em suas respectivas áreas de especialização.

## **2.4 Interação entre bibliotecários e usuários**

O conceito de interação informacional destaca-se como um processo dinâmico de troca ativa de informações entre bibliotecários e usuários, essencial para a mediação e o acesso eficiente ao conhecimento, especialmente em bibliotecas jurídicas. Nesses ambientes, a precisão e profundidade das informações são cruciais devido à complexidade das questões tratadas pelos usuários. Santos (1981) enfatiza que uma biblioteca jurídica caracteriza-se principalmente pela urgência de seus usuários em obter a informação adequada no momento certo.

A interação informacional não se limita à disseminação de dados, mas inclui a orientação especializada dos bibliotecários, que auxiliam os usuários no refinamento de buscas, acesso a fontes adequadas e interpretação de dados complexos. Além disso, envolve a retroalimentação informacional, onde os bibliotecários coletam dados sobre o comportamento e necessidades dos usuários para aprimorar o desenvolvimento de coleções e a organização dos recursos informacionais. Rangel e Batista (2022) analisam as ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas jurídicas, destacando a importância do gerenciamento informacional desde a aquisição até a disseminação da informação, visando atender às necessidades dos usuários.

Essa relação colaborativa permite a evolução contínua dos serviços prestados pela biblioteca, garantindo que ela não apenas atende, mas antecipe as

necessidades de seus usuários. No contexto das bibliotecas jurídicas, onde o tempo e a precisão são determinantes, a comunicação contínua assegura que o desenvolvimento de coleções seja guiado pela realidade dinâmica do campo jurídico e pelas necessidades informacionais urgentes dos usuários. A comunicação eficaz entre bibliotecários e usuários aprimora o processo de desenvolvimento de acervos e eleva o papel da biblioteca jurídica como um espaço de apoio estratégico à pesquisa, prática jurídica e educação. Rangel e Batista (2022) concluem que as ações do bibliotecário gestor da informação são fundamentais para a mediação ao usuário, influenciando diretamente a qualidade dos serviços oferecidos.

No contexto das bibliotecas jurídicas, essa interação é ainda mais crítica, dado que o tipo de informação necessária é frequentemente técnico e especializado, exigindo que o bibliotecário compreenda as necessidades imediatas e esteja atualizado sobre as mudanças do campo. Rangel e Batista (2022) ressaltam que o bibliotecário jurídico deve lidar com o gerenciamento informacional que vai da aquisição até a disseminação da informação, adaptando-se às demandas específicas dos usuários.

Em suma, a interação informacional é um processo dinâmico e essencial no campo da biblioteconomia, constituindo-se como um dos principais fatores para a eficiência das bibliotecas jurídicas, em que a qualidade da informação fornecida tem impacto direto na prática profissional e na pesquisa acadêmica.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia constitui um elemento fundamental na construção do conhecimento, pois integra um conjunto organizado de princípios e métodos que orientam a prática científica e a pesquisa. Conforme enfatizam Severino (2021) e Oliveira *et al.* (2022), ao definir o método, o pesquisador não apenas estabelece a base teórica que norteia seu estudo, mas também os procedimentos específicos para a coleta e a análise de dados. Esse planejamento metódico é crucial para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, permitindo a replicação por outros pesquisadores e, assim, fortalecendo a credibilidade das descobertas.

A pesquisa tem abordagem quali-quantitativa. A escolha pela metodologia mista justifica-se pela complexidade e multidimensionalidade do tema abordado. A combinação das abordagens quantitativa e qualitativa permite uma análise mais completa, como observa Gil (2008), ao afirmar que "a pesquisa quantitativa contribui para a análise objetiva dos fenômenos, enquanto a qualitativa permite uma maior profundidade na compreensão das dinâmicas observadas" (Gil, 2008, p. 45).

A abordagem quantitativa possibilita a coleta de dados estatísticos. Por outro lado, a inclusão da abordagem qualitativa oferece uma compreensão mais profunda das experiências, opiniões e sugestões dos bibliotecários. Minayo (2014) enfatiza que a pesquisa qualitativa "busca compreender as significações e percepções dos sujeitos, capturando nuances que não são facilmente quantificáveis" (Minayo, 2014, p. 125).

Por fim, Flick (2018) afirma que "a combinação de métodos qualitativos e quantitativos oferece uma visão holística que enriquece a interpretação dos dados" (Flick, 2018, p. 112). Essa combinação de métodos se alinha à necessidade de capturar as nuances da interação informacional em bibliotecas jurídicas, onde fatores subjetivos, como confiança na informação e percepção da relevância do acervo, são fundamentais. Kumar (2011) salienta que "ao integrar dados qualitativos e quantitativos, a pesquisa torna-se mais robusta, proporcionando uma

compreensão mais completa das práticas atuais e das necessidades informacionais dos usuários" (Kumar, 2011, p. 65).

O procedimento de coleta de dados foi composto por duas etapas. Na primeira, foram obtidos e analisados os documentos oficiais, que delineiam as políticas de desenvolvimento de acervo de cada biblioteca. Buscou-se avaliar os critérios de seleção de materiais, a flexibilidade para adaptação às necessidades dos usuários e a incorporação de *feedback* no processo de gestão do acervo. Por meio da pesquisa documental, foi possível alcançar os objetivos específicos um e dois deste estudo.

Ainda na primeira etapa, foram definidos os critérios de inclusão e exclusão para as políticas analisadas, com base na especialização das bibliotecas na área jurídica, na disponibilidade de políticas formais documentadas relacionadas ao desenvolvimento de acervos e na frequência de alimentação do catálogo coletivo. Foram incluídas apenas bibliotecas que atuam diretamente no campo jurídico e que possuem políticas de acervo acessíveis para análise, excluindo-se bibliotecas de caráter geral ou aquelas, cujas políticas de desenvolvimento de coleções não estejam documentadas ou publicamente acessíveis.

Na segunda etapa, foram aplicados questionários aos bibliotecários responsáveis pelo desenvolvimento de coleções. Como explicado por Bastos *et al.* (2023), o questionário é uma ferramenta versátil e eficiente para a coleta de dados, por sua capacidade de reunir informações amplas com baixo custo e alta confiabilidade. Isso faz dele um recurso indispensável nas pesquisas sociais.

Os questionários possuem vantagens que os tornam extremamente úteis em algumas pesquisas. Eles permitem um amplo alcance geográfico, que possibilita atingir pessoas em diferentes localidades com custos reduzidos. Como aponta Bastos *et al.* (2023), "os questionários podem ser aplicados em larga escala, inclusive online, o que reduz significativamente os custos operacionais". Outra vantagem é o anonimato oferecido aos respondentes, o que pode resultar em respostas mais honestas e confiáveis, especialmente em temas sensíveis.

O questionário desta pesquisa compreende 14 perguntas, sendo 1 aberta e 13 fechadas, abrangendo questões sobre informações dos bibliotecários, do desenvolvimento de coleções, da interação com os usuários e sobre os desafios enfrentados e possíveis melhorias. O questionário foi disponibilizado para respostas por um prazo de sete semanas, entre as datas de 26 novembro 2025 a 16 de janeiro de 2025, a contar do envio para as bibliotecas, com duas tentativas de coleta de respostas, ao final, responderam quatro das cinco bibliotecas.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção, são apresentados os resultados e a análise dos dados conforme os objetivos específicos.

### **4.1 Descrição das características gerais das bibliotecas que compõem a RVBI**

A Rede Virtual de Bibliotecas de Informação (RVBI), sob a coordenação da Biblioteca do Senado Federal, tem como propósito congregar os recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas vinculadas à administração federal e ao governo do Distrito Federal, englobando os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. A rede visa atender às demandas informativas dos órgãos mantenedores (BRASIL. Senado Federal, [s.d.]).

O acervo disponível na base de dados da RVBI concentra-se, predominantemente, em temas relacionados ao Direito, com especial ênfase na doutrina (BRASIL, Senado Federal, 2024; BRASIL, Câmara dos Deputados, 2014), mas também abrange outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, bem como disciplinas que possam complementar e enriquecer o conhecimento contido no acervo. Cada biblioteca da rede possui uma base administrativa que contém informações específicas sobre sua coleção, usuários, fornecedores, contratos e orçamentos, gerenciando esses dados para assegurar um fluxo administrativo interno que atenda às demandas emergentes.

As atribuições do Serviço de Gerência da RVBI foram definidas pelo Ato n. 1379, datado de 03/08/2004, do Diretor-Geral do Senado Federal. Este serviço tem como objetivo gerenciar a rede, garantindo que o catálogo permaneça adequado e atualizado. Segundo o Art. 4º, compete ao Serviço de Gerência:

Orientar e coordenar a participação das bibliotecas na RVBI; controlar a qualidade das informações nas bases de dados bibliográficas e administrativas; coordenar as bases de dados terminológicos e de autoridades; padronizar critérios de catalogação, classificação e indexação de documentos; coordenar o treinamento dos usuários responsáveis pela atualização da RVBI; promover reuniões periódicas e/ou extraordinárias

com representantes das bibliotecas da rede; elaborar bibliografias especializadas e realizar outras tarefas correlatas (Silva, 2004, p. 2).

A RVBI é crucial para a otimização de recursos e o compartilhamento de acervos entre bibliotecas jurídicas, favorecendo o fortalecimento da cooperação e a eficiência no acesso à informação especializada. A rede interconectada bibliotecas de instituições relevantes para o cenário das ciências políticas do Distrito Federal, formando uma rede colaborativa que possibilita o intercâmbio de materiais informacionais, otimizando a aquisição e o acesso a conteúdos que, de outra forma, seriam inacessíveis ou economicamente inviáveis para uma única instituição. Esse sistema de compartilhamento de catálogo amplia o conjunto de informações disponíveis para os usuários, além de promover uma gestão mais racional dos ativos.

Ademais, a RVBI reforça a cooperação entre os bibliotecários, ao permitir o desenvolvimento conjunto da aquisição e do desbaste, bem como ao estimular o intercâmbio de boas práticas na gestão de coleções. A rede facilita o acesso remoto a bases de dados jurídicas e publicações digitais, ampliando o alcance das bibliotecas e assegurando que os usuários, independentemente de sua localização, tenham acesso a uma gama mais vasta de informações. Assim, a RVBI desempenha um papel estratégico ao proporcionar uma infraestrutura que integra as bibliotecas jurídicas, promovendo maior acessibilidade à informação e uma gestão mais eficaz dos recursos, solidificando o papel dessas instituições como pilares no apoio à justiça, à pesquisa acadêmica e à educação no campo do Direito (Almeida et al., 2023).

A RVBI é composta por doze bibliotecas até o momento, que seguem uma série de critérios para fazer parte da rede e tanto se beneficiar quanto contribuir para a construção coletiva do catálogo. Estes critérios incluem a implementação do *software* estipulado pela gerência, o alcance de demandas sobre contribuição, a posse de uma quantidade de bibliotecários, mencionado nas diretrizes (exceto em casos especiais) e a manutenção da qualidade do catálogo. A seguir, a lista das bibliotecas integrantes da rede:

- Advocacia-Geral da União - AGU Coordenação de Biblioteca, Biblioteca Central Teixeira de Freitas.
- Câmara dos Deputados - CD Centro de Documentação e Informação Biblioteca Pedro Aleixo.
- Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF Biblioteca Paulo Bertran.
- Conselho da Justiça Federal – CJF Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Divisão de Biblioteca e Editoração.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP Coordenação de Documentação e Informação Serviço de Biblioteca.
- Senado Federal - SF Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.
- Superior Tribunal de Justiça - STJ Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.
- Superior Tribunal Militar - STM Diretoria de Documentação e Divulgação / Biblioteca.
- Supremo Tribunal Federal - STF Secretaria de Documentação Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.
- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento Biblioteca Cyro dos Anjos.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF Subsecretaria de Biblioteca, Biblioteca Desembargador Antônio Mello Martins.
- Tribunal Superior do Trabalho - TST Coordenadoria de Documentação Biblioteca Délio Maranhão.

A descrição das bibliotecas jurídicas selecionadas para o estudo abrange um conjunto de instituições, que compõem a RVBI, e foram escolhidas com base em sua especialização em informações jurídicas, na diversidade de acervos e na relevância dos serviços prestados aos usuários.

- Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça - Ministro Oscar Saraiva.
  - A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva foi criada em 28 de junho de 1948, inicialmente como parte do antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR). Em 1972, recebeu o nome do Ministro Oscar Saraiva e, após a extinção do TFR em 1988, foi integrada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A biblioteca é especializada em diversas áreas do Direito, com um acervo que inclui cerca de 170 mil documentos impressos e mais de 100 mil documentos digitais reunidos na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Este acervo abrange temas como Direito Civil, Penal e Processual, além de oferecer suporte a juízes e pesquisadores. A biblioteca também faz parte da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBi), que integra outras bibliotecas do Distrito Federal (BRASIL.Superior Tribunal de Justiça, [s.d]);
- Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal - Paulo Bertran.
  - A Biblioteca Paulo Bertran, localizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, desempenha um papel crucial no suporte ao trabalho parlamentar e na pesquisa sobre políticas públicas. O acervo é voltado para a legislação e análise de políticas públicas, servindo como um recurso importante tanto para os parlamentares quanto para a sociedade em geral. A biblioteca oferece serviços diversos para atendimento ao público, como pesquisas legislativas, fornecimento de cópias de capítulos de livros e de artigos de periódicos, acesso a salas de estudos e outros (BRASIL.Câmara Legislativa do Distrito Federal, [s.d]);
- Biblioteca do Senado Federal - Acadêmico Luiz Viana Filho.

- A Biblioteca do Senado Federal é reconhecida por sua coleção diversificada e pela integração à Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI). O acervo inclui livros, periódicos e documentos que apoiam atividades legislativas e pesquisas acadêmicas. Além disso, a biblioteca oferece serviços como consultas presenciais e acesso a materiais digitais, contribuindo significativamente para o trabalho dos senadores e para a pesquisa pública (BRASIL.Senado Federal, [s.d]);
- Biblioteca do Supremo Tribunal Federal - Ministro Victor Nunes Leal
  - A Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF) é uma das mais importantes fontes de pesquisa jurídica no Brasil. O acervo inclui decisões judiciais históricas, legislação nacional e obras raras. Fundada para atender às necessidades dos juízes e pesquisadores, a biblioteca desempenha um papel essencial na preservação da memória jurídica brasileira. O acesso ao seu conteúdo pode ser feito tanto presencialmente quanto por meio digital, ampliando sua relevância no cenário jurídico nacional (BRASIL.Supremo Tribunal Federal, 2024);
- Biblioteca da Câmara dos Deputados - Pedro Aleixo
  - A Biblioteca Pedro Aleixo, localizada na Câmara dos Deputados, serve como um recurso vital para a pesquisa legislativa. Seu acervo apoia a análise de leis e as políticas nacionais, oferecendo uma ampla gama de informações fundamentais para o trabalho dos deputados e para o entendimento da legislação brasileira. A biblioteca também disponibiliza serviços digitais que facilitam o acesso remoto ao seu conteúdo (BRASIL.Câmara Dos Deputados, [s.d]).

Assim, cada uma dessas bibliotecas não apenas atende a um público especializado, mas também implementa políticas de desenvolvimento de coleções que refletem as demandas contemporâneas e as necessidades informacionais do setor jurídico. Os bibliotecários dessas instituições possuem formação específica e

estão capacitados para oferecer um atendimento especializado, assegurando que os usuários recebam orientações adequadas na busca por informações. Portanto, as bibliotecas selecionadas representam um panorama abrangente das práticas de desenvolvimento de coleções e das interações entre bibliotecários e usuários no contexto jurídico, permitindo uma análise detalhada das políticas de acervo e da eficácia na gestão das coleções jurídicas.

#### **4.2 Descrição e análise dos documentos relacionados ao desenvolvimento de coleção.**

Para a análise das políticas de desenvolvimento de coleções da RVBI, realizou-se coleta de dados sobre as políticas vigentes em cinco das doze bibliotecas cooperantes da rede. A seguir, apresentam-se as diretrizes, a partir da análise das mesmas:

##### **Senado Federal - Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.**

- **Objetivos:**
  - Estabelecer critérios claros para o desenvolvimento de coleções, assegurando a consistência no processo.
  - Evitar decisões pautadas em preferências pessoais e fomentar um crescimento racional e equilibrado do acervo.
  - Definir diretrizes referentes à aquisição, duplicação, avaliação e descarte de materiais, além de incentivar programas colaborativos.
- **CrITÉrios de Seleção:**
  - Baseiam-se nos temas de interesse institucional e do PRODASEN.
  - Prioriza-se a aquisição de desideratas para suprir áreas defasadas, atualizar materiais e atender a solicitações específicas de gabinetes e servidores.

- Os critérios dividem-se em:
  - Núcleo Básico: direito, administração pública, ciência política e biografias.
  - Núcleo Complementar: economia, meio ambiente, direitos humanos, educação, cultura, relações exteriores, entre outros.
- Avaliação:
  - Alinhada ao processo de descarte, considera o uso, a substituição de itens desatualizados e as demandas dos usuários.
- Descarte:
  - Conduzido por um grupo de trabalho, abrange materiais danificados, duplicados ou desatualizados.
  - Obras podem ser descartadas ou doadas, como ocorre em projetos recentes, como o implementado no Rio Grande do Sul.
- Outros Recursos:
  - Orçamento destinado a aquisições nacionais e internacionais.
  - Bases de dados, materiais operacionais (etiquetas, carimbos e outros materiais) e tecnologia, como o sistema Folio e etiquetas de Radio Frequency Identification (RFID).
  - A equipe é composta por bibliotecários, estagiários e aprendizes.

### **Câmara dos Deputados – Biblioteca Pedro Aleixo.**

- Objetivos:
  - Definir diretrizes para aquisição, desbaste, avaliação e preservação de materiais.
  - Estabelecer parâmetros claros para decisões e orientar o setor.

- **CrITÉrios de Seleção:**
  - Intrínsecos: abrangência, atualidade, autoridade, qualidade do suporte, preço, entre outros.
  - Extrínsecos: data da última edição adquirida, estatísticas de uso e materiais disponíveis em redes cooperativas.
- **Avaliação:**
  - Visa atualizar o acervo, com desbastes regulares e aquisições fundamentadas em relevância e uso.
- **Descarte:**
  - Dividido em remanejamento (análise ou restauração) e descarte (materiais em mau estado ou desatualizados).
  - Vetos: Primeiras edições de autores brasileiros, obras raras, materiais altamente técnicos e publicações institucionais.

### **Superior Tribunal Federal - Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.**

- **Objetivos:**
  - Alinhar o crescimento do acervo à missão institucional.
  - Garantir um desenvolvimento equilibrado e otimizado dos recursos.
  - Orientar aquisições, avaliações e descartes com critérios qualitativos e quantitativos.
- **CrITÉrios de Seleção:**
  - Núcleo Temático Básico: jurisprudência, legislação pública, legislação privada, gestão pública e ciência política.
  - Núcleo Temático Complementar: economia, políticas sociais e defesa nacional.

- **Avaliação:**
  - Realizada pela Comissão de Avaliação do Acervo, com foco nas demandas dos usuários, substituições e incorporação de obras.
  - Inventários anuais para conferência de tombamento e localização física das obras.
- **Descarte:**
  - Critérios aprovados: materiais fora dos núcleos temáticos, em mau estado ou duplicados sem uso significativo.
  - Vetos: Obras raras, coleções especiais e materiais institucionais relevantes.

#### **Câmara Legislativa do Distrito Federal - Biblioteca Paulo Bertran.**

- **Objetivos:**
  - Estabelecer diretrizes para seleção, avaliação e descarte de materiais.
  - Promover um crescimento equilibrado do acervo e ações colaborativas.
- **Critérios de Seleção:**
  - Gerais: atualidade, relevância, custo, condições físicas, indicação por usuários e idioma.
  - Específicos: inclusão de trabalhos acadêmicos de servidores, exclusão de livros didáticos e priorização de materiais digitais.
- **Avaliação:**
  - Realizada periodicamente, com base em uso e sugestões de usuários.
  - Inclui o descarte de obras jurídicas desatualizadas e a renovação de assinaturas de periódicos de alta relevância.
- **Descarte:**

- Desbaste: remanejamento de obras desatualizadas ou por falta de espaço.
- Desfazimento: Remoção de materiais irrecuperáveis ou substituídos.
- Outros:
  - Conta com uma comissão permanente composta por bibliotecários e especialistas jurídicos, incluindo um bibliotecário de atendimento.

### **Superior Tribunal de Justiça - Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.**

- Objetivos:
  - Guiar o crescimento racional e alinhado às necessidades institucionais.
  - Estabelecer prioridades para aquisição, preservação e descarte de materiais.
  - Incorporar ações socioambientais nas práticas de desenvolvimento de coleções.
- Critérios de Seleção:
  - Públicos-alvo: ministros, magistrados e servidores.
  - Assuntos: Direito, psicologia, medicina e outros temas relevantes para o Tribunal.
  - Critérios de seleção: atualidade, autoridade, normalização e suporte, priorizando materiais digitais.
- Avaliação:
  - Coleção geral e periódicos: revisão a cada dois anos.
  - Coleção de referência: revisão a cada quatro anos.
  - Utiliza tabelas de pontuação para priorizar aquisições e descartes.
- Descarte:

- Realizado com base em desatualização, estado físico e relevância.
- Obras podem ser reincorporadas caso haja demanda ou excluídas de acordo com critérios de avaliação.
- Outros:
  - O manual inclui anexos com tabelas de análise para priorizar aquisições e desbastes, promovendo maior objetividade nas decisões.

Apesar de as diretrizes de gerenciamento da rede não oferecerem uma normativa ou sugestão explícita para o alinhamento das políticas de desenvolvimento de coleções, percebe-se que todas seguem um padrão comum. Mesmo que algumas políticas não apresentem as informações explicitamente em seus documentos, é evidente que o modelo Conspectus exerce uma influência nessas políticas, que fica em evidência ao analisar a presença das tabelas de assuntos como elemento influente para a aquisição. Além disso, há uniformidade nas abordagens de avaliação, descarte e da aquisição. A principal diferença observada entre as políticas parece estar nos temas adquiridos, que variam conforme as necessidades específicas de cada instituição.

A análise dos temas das aquisições revela um claro alinhamento das bibliotecas nas áreas de ciências políticas e administração pública. As divergências surgem em áreas mais específicas e internas de cada instituição, o que é compreensível e necessário para atender às particularidades institucionais. Dessa forma, há um equilíbrio entre a aquisição de temas fundamentais e a diferenciação nas áreas complementares, refletindo uma adaptação eficiente às demandas de cada casa.

Há também um nível satisfatório de coerência entre as políticas analisadas, o que é essencial para o sucesso de um catálogo colaborativo. Essa uniformidade garante que, apesar das particularidades de cada instituição, os princípios centrais das políticas de desenvolvimento de coleções sejam mantidos, promovendo um gerenciamento consistente e colaborativo.

Outro ponto positivo nas políticas é a flexibilidade em atender às demandas informacionais de forma ágil e eficiente. As instituições demonstram uma preocupação clara em adaptar suas práticas para responder adequadamente às necessidades dos usuários, assegurando um serviço de qualidade e sensibilidade às demandas específicas de cada casa.

As políticas analisadas apresentam abordagens variadas em relação à avaliação, com algumas centrando-se, exclusivamente, no descarte, enquanto outras consideram tanto o descarte quanto a aquisição. Essa diferença é interessante, uma vez que o descarte é uma prática essencial para a manutenção e atualização contínua do acervo, garantindo sua relevância. No entanto, há uma lacuna em algumas políticas no que diz respeito à avaliação como ferramenta para orientar aquisições, algo que poderia ser mais bem explorado para otimizar o crescimento e a atualização das coleções.

Esses resultados demonstram que a interação entre bibliotecários e usuários é um elemento fundamental para a eficácia das políticas de desenvolvimento de coleções. A escuta ativa das demandas dos usuários e a tradução dessas demandas em ações concretas fortalecem não apenas a relevância dos acervos, mas também o papel estratégico das bibliotecas especializadas como agentes mediadores do conhecimento. No contexto da RVBI, a cooperação entre as bibliotecas e a centralidade do usuário despontam como pilares para a construção de acervos que atendam às necessidades informacionais de maneira sustentável, equilibrada e alinhada às missões institucionais.

#### **4.3 Questões relacionadas ao desenvolvimento de coleções a partir do ponto de vista dos bibliotecários do setor de desenvolvimento de coleções.**

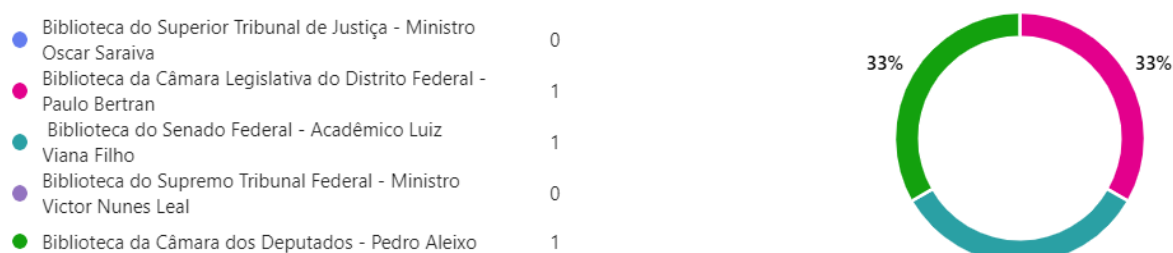
##### **4.3.1. Perfil dos entrevistados.**

A partir dos resultados obtidos através do questionário, observa-se a distribuição dos dados relativos ao perfil dos bibliotecários e à caracterização das bibliotecas. As principais informações são:

### 1. Local de Trabalho:

- Dos respondentes, 1 trabalha na Biblioteca da CLDF, 1 no Senado Federal e 1 na Câmara dos Deputados. Não houve respostas para as bibliotecas do STJ ou do STF.

Tabela 1 - Bibliotecas participantes



Fonte: elaboração própria

### 2. Faixa Etária:

- As idades dos respondentes estão distribuídas entre as faixas de 26–35, 36–46, 47–59 e acima de 60 anos, sem representação de menores de 25 anos.

Tabela 2 - Faixa etária



Fonte: elaboração própria

### 3. Formação Acadêmica:

- 2 respondentes possuem graduação e os outros 2 possuem especialização; nenhum indicou mestrado ou doutorado.

Tabela 3 - Formação acadêmica



Fonte: elaboração própria

#### 4. Pós-graduação na Área Jurídica:

- Todos os 4 respondentes afirmaram não possuir especialização na área jurídica.

Tabela 4 - Formação acadêmica complementar



Fonte: elaboração própria

#### 5. Tempo de Experiência:

- 2 respondentes têm entre 1 e 5 anos de experiência na instituição atual, enquanto os outros 2 possuem mais de 16 anos.

Tabela 5 - Experiência



Fonte: elaboração própria

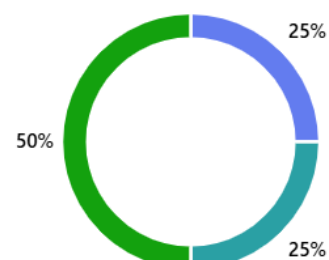
O perfil dos bibliotecários influencia diretamente as práticas de desenvolvimento de coleções, conforme destacado por Taylor e White (2021). Os autores argumentam que a experiência e a formação dos profissionais são fatores determinantes para a eficácia das políticas de gestão de acervos. No contexto jurídico, Harris e Clark (2022) ressaltam que a falta de especialização em áreas específicas, como o direito, podem limitar a capacidade dos bibliotecários de atender às demandas especializadas dos usuários.

#### **4.3.2. Políticas de revisão e adequação das práticas de desenvolvimento de coleções**

A análise das políticas de revisão revelou que 2 das 4 bibliotecas relataram realizar revisões de suas políticas em ciclos de 1 a 5 anos, enquanto as demais apresentaram períodos mais longos ou uma revisão irregular. Essa variação no tempo de revisão pode comprometer a atualização e a adequação dos acervos às demandas emergentes, especialmente em uma área dinâmica como o direito.

Tabela 6 - Revisão de políticas

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| ● Anualmente                  | 1 |
| ● A cada dois anos            | 0 |
| ● A cada cinco anos           | 1 |
| ● A cada dez anos             | 0 |
| ● Não é revisada regularmente | 2 |



Fonte: elaboração própria

Conforme apontado por Smith e Brown (2021), a revisão periódica das políticas de desenvolvimento de coleções é fundamental para manter o acervo relevante e atualizado. Os autores argumentam que políticas desatualizadas podem levar à obsolescência do acervo e à insatisfação dos usuários. No contexto jurídico, Garcia e Martinez (2020) destacam que a adequação das políticas às necessidades dos usuários requer uma abordagem dinâmica e participativa, envolvendo tanto os bibliotecários quanto a comunidade atendida.

Observa-se também que as políticas, embora existentes, estão parcialmente adequadas para atender às demandas informacionais, sobretudo no que se refere à oferta de informações práticas para o trabalho – apenas 1 dos 4 respondentes concorda plenamente com a adequação nesse aspecto. Esses dados indicam a necessidade de estratégias mais eficazes e revisões mais frequentes que garantam maior alinhamento com as necessidades dos usuários, conforme sugerido por Lee e Kim (2023).

Tabela 7 - Adequação das políticas



Fonte: elaboração própria

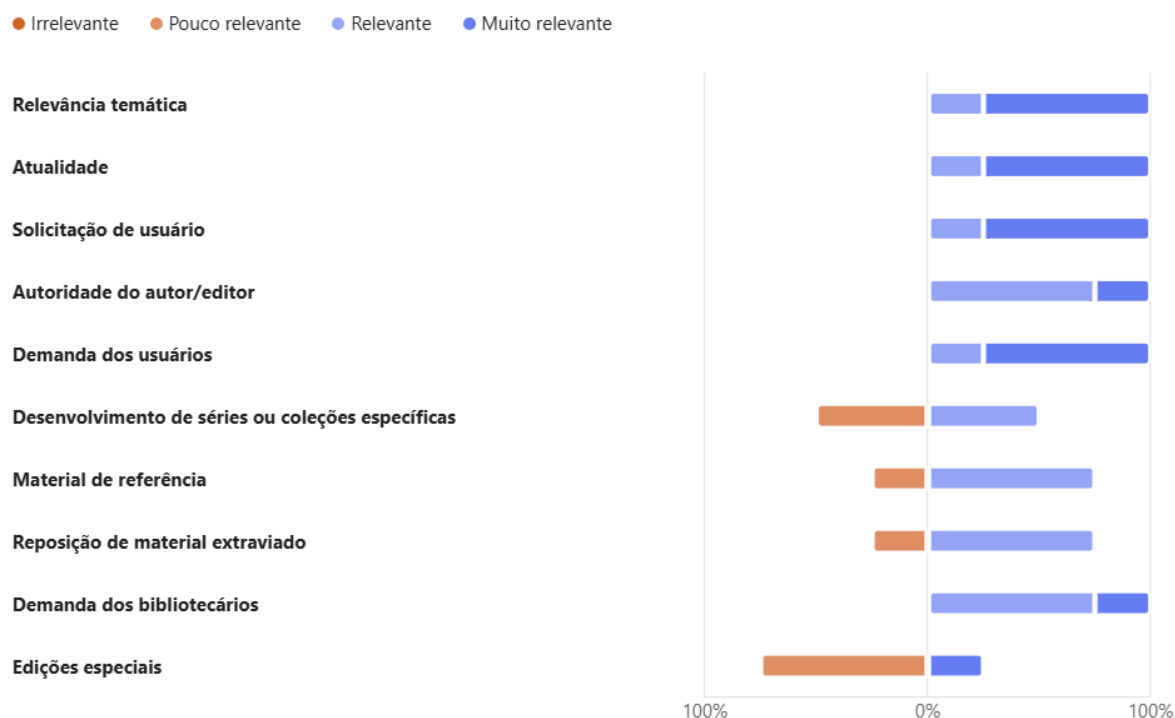
#### 4.3.3. Critérios de seleção de materiais e relevância dos fatores considerados

Quanto aos critérios utilizados na seleção de novos materiais, os respondentes destacaram que fatores como:

- Relevância temática.
- Atualidade.
- Solicitação de usuário.
- Autoridade do autor/editor.
- Demanda dos usuários, e
- Demanda dos bibliotecários.

são considerados relevantes ou muito relevantes. Especificamente, 1 respondente classificou esses fatores como “relevantes” e 3 respondentes como “muito relevantes”. Em contrapartida, aspectos como o desenvolvimento de séries ou coleções específicas, material de referência, reposição de material extraviado e edições especiais apresentaram menor relevância – com uma média aproximada de 2 respostas apontando para essa menor importância.

Tabela 8 - Critérios e relevância



Fonte: elaboração própria

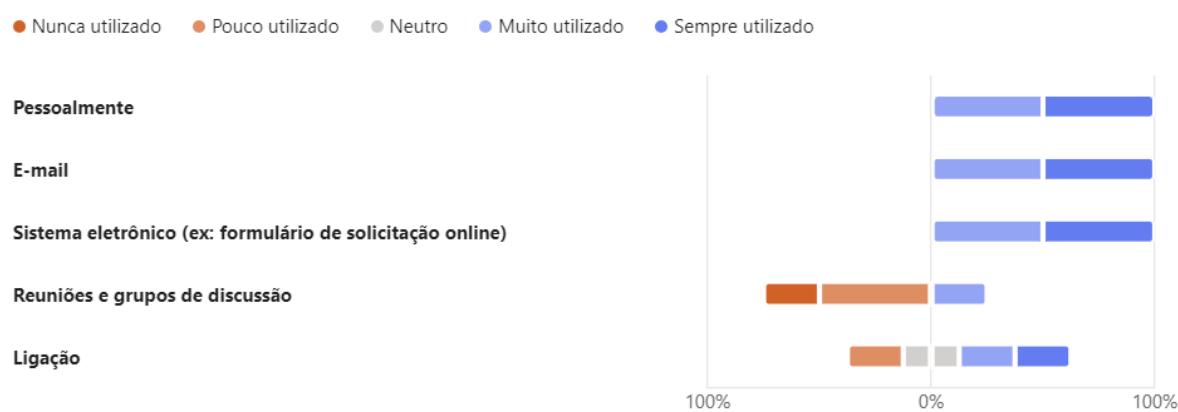
Essa diferenciação demonstra que a escolha dos materiais é pautada não apenas por critérios técnicos, mas também pelas demandas específicas da comunidade atendida, especialmente em uma área especializada como o direito. Conforme destacado por Wang e Chen (2022), a menor relevância atribuída ao desenvolvimento de séries específicas pode refletir uma priorização de materiais de uso imediato.

#### 4.3.4. Influência das solicitações e interação entre usuários e bibliotecários

Os dados revelam que 3 dos 4 respondentes indicaram que as solicitações diretas dos usuários influenciam frequentemente as decisões de aquisição, com destaque para o contato pessoal e via e-mail como as formas mais utilizadas de interação. Em relação à frequência das solicitações, 3 respondentes afirmaram que os usuários fazem tais solicitações frequentemente, enquanto 1 relatou que ocorre ocasionalmente. Essa evidência reforça a importância da comunicação ativa e

contínua entre usuários e equipe bibliotecária para o ajuste das coleções às demandas reais, especialmente em bibliotecas especializadas, onde as necessidades informacionais são altamente específicas.

Tabela 9 - Formas de comunicação com usuários



Fonte: elaboração própria

Tabela 10 - Frequência de comunicação com usuários



Fonte: elaboração própria

Conforme destacado por Zhang e Bishop (2021), a interação entre bibliotecários e usuários permite identificar necessidades informacionais específicas, garantindo que o acervo esteja alinhado às demandas reais. No contexto jurídico, Johnson, Smith e Lee (2020) enfatizam que o *feedback* dos usuários é essencial para a tomada de decisões estratégicas, fornecendo *insights* sobre a eficácia das coleções e a

satisfação dos usuários, especialmente em áreas que demandam atualização constante, como o direito.

Além disso, o *feedback* dos usuários exerce influência nas decisões de aquisição, sendo declarado como influência direta por 3 respondentes e indireta por 1 respondente. Essa prática está alinhada com as recomendações de Liu e Mathews (2022), que defendem a importância de alinhar o acervo às necessidades informacionais dos usuários, especialmente em bibliotecas especializadas, onde a precisão e a atualidade das informações são críticas.

Tabela 11 - Influência dos usuários



Fonte: elaboração própria

#### 4.3.5. Desafios e melhoria do desenvolvimento de coleções

No que se trata de desafios e melhorias para a prática do desenvolvimento de coleções, nota-se que a falta de espaço físico é um problema comum à maioria, com 3 respondentes apontando esse problema. Observa-se que nenhuma das bibliotecas respondentes possui dificuldades para a obtenção de materiais bibliográficos atualizados. Todas as alternativas foram apontadas uma vez como dificuldade. Sobre as melhorias propostas, as bibliotecas sugerem atualizações na política, parcerias inter bibliotecárias, revisões mais frequentes e maior rigor na execução das políticas.

Tabela 12 - Desafios



Fonte: elaboração própria

#### 4.3.6. Análise institucional e exemplos de práticas

A partir dos dados coletados e da análise das respostas, destaca-se que todas as cinco bibliotecas possuem políticas formais de desenvolvimento de coleções, ainda que com diferentes nuances e graus de adequação às necessidades dos usuários. A discussão é enriquecida com exemplos específicos das práticas adotadas em cada instituição:

- Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho (Senado Federal):

A interação se reflete na divisão do acervo em núcleos temáticos (básico e complementar), permitindo que as aquisições atendam às demandas específicas de gabinetes e servidores, demonstrando uma abordagem estruturada e orientada às necessidades legislativas e administrativas.

- Biblioteca Pedro Aleixo (Câmara dos Deputados):

Destaca-se pela utilização de critérios intrínsecos (como abrangência e atualidade) e extrínsecos (como estatísticas de uso) na seleção de materiais. Essa prática promove um diálogo consistente entre a equipe técnica e os usuários, evidenciando a centralidade do *feedback* na gestão do acervo.

- Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal (Supremo Tribunal Federal):

A existência de uma Comissão de Avaliação do Acervo, que utiliza tanto dados quantitativos quanto qualitativos, ressalta o compromisso com a excelência informacional, especialmente na gestão de materiais essenciais à atividade judicial.

- Biblioteca Paulo Bertran (Câmara Legislativa do Distrito Federal):

Adota uma abordagem colaborativa, com participação ativa dos usuários e uso da digitalização para otimizar o espaço físico e ampliar o acesso, demonstrando a importância da integração entre a equipe e a comunidade.

- Biblioteca Ministro Oscar Saraiva (Superior Tribunal de Justiça):

Alinha suas práticas de desenvolvimento de coleções a ações socioambientais, evidenciando a relevância do *feedback* dos usuários para as revisões periódicas e a manutenção de um acervo que atenda às demandas institucionais e sustentáveis.

Conforme destacado por Robinson e Green (2023), a abordagem personalizada e contextualizada das práticas de desenvolvimento de coleções é essencial para atender às especificidades institucionais e às demandas locais. No contexto jurídico, Parker e Evans (2022) enfatizam que a digitalização e a colaboração inter bibliotecária são estratégias eficazes para superar desafios como a falta de espaço físico e recursos limitados.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a prática do desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas especializadas na RVBI, avaliando suas diretrizes, desafios e o impacto da comunicação entre bibliotecários e usuários. Com base na análise dos dados obtidos, foi possível responder aos objetivos estabelecidos.

O primeiro objetivo, que visava descrever as características dessas bibliotecas, foi alcançado por meio da análise documental e dos dados coletados junto aos profissionais da área. Constatou-se que as bibliotecas jurídicas da RVBI possuem perfis variados, mas compartilham a necessidade de atualização constante dos acervos e enfrentam desafios como restrições orçamentárias e escassez de materiais específicos.

O segundo objetivo, que buscava examinar a existência e aplicação das políticas de desenvolvimento de coleções, revelou que todas as bibliotecas analisadas possuem diretrizes formais para a seleção, aquisição e descarte de materiais. No entanto, verificou-se que nem todas seguem um processo sistemático de revisão dessas políticas, o que pode comprometer a adequação dos acervos às necessidades emergentes dos usuários.

O terceiro objetivo, que propunha avaliar o impacto da interação entre bibliotecários e usuários na formação do acervo, demonstrou que, embora haja canais de comunicação disponíveis, a participação dos usuários no processo de seleção de materiais ainda é limitada. A falta de mecanismos estruturados para coletar *feedback* contínuo pode resultar em coleções que não atendem plenamente às expectativas e demandas dos usuários.

Apesar dos avanços proporcionados por esta pesquisa, algumas limitações devem ser destacadas. O estudo foi conduzido com um número restrito de bibliotecas, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições. Além disso, a análise baseou-se predominantemente em documentos institucionais e questionários, sem a realização de entrevistas aprofundadas que

poderiam oferecer percepções mais detalhadas sobre os desafios enfrentados pelos bibliotecários.

Com base nos achados desta pesquisa, recomenda-se a implementação das seguintes ações para aprimorar a gestão de coleções em bibliotecas jurídicas:

- Revisão periódica das políticas de desenvolvimento de coleções: Estabelecer um cronograma regular para atualização das diretrizes, garantindo maior alinhamento com as mudanças no ambiente jurídico e nas necessidades dos usuários.
- Maior participação dos usuários no processo de seleção de materiais: Criar canais formais de consulta, como enquetes ou grupos consultivos, para permitir que os usuários influenciem diretamente a composição dos acervos.
- Adoção de ferramentas de análise de uso do acervo: Implementar métricas e *softwares* de gestão para monitorar padrões de empréstimo e identificar lacunas na coleção.
- Capacitação contínua dos bibliotecários: Promover treinamentos e workshops sobre novas tendências em desenvolvimento de coleções, incluindo o uso de tecnologias para otimização de acervos digitais.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas da RVBI apresenta avanços significativos, mas ainda enfrenta desafios que podem ser superados com aprimoramentos nas políticas institucionais e maior envolvimento da comunidade usuária. A implementação das sugestões apresentadas poderá contribuir para a construção de acervos mais dinâmicos, atualizados e alinhados às necessidades da área jurídica.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2000. 112 p.

ALMEIDA, T. O papel das bibliotecas jurídicas na formação profissional. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 123-145, 2022.

ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos; ANDRADE, Wendia Oliveira de. Usuários da Informação: sujeitos perfilados com base na Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, n. 1, v. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/2875>>. Acesso em: 16 out. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p. 01-14. Disponível em: <<https://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://200.129.29.202/index.php/informacaoempauta/article/view/2970>>. Acesso em: 23 nov. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Abordagem interacionista nos estudos de usuários da informação. **Revista de Ciência da Informação**, Salvador, UFBA, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/3856/3403/11603>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BARREIROS, R. A interação entre bibliotecários e usuários em bibliotecas jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2014.

BASTOS, Jennifer; JESUS SOUSA, Julia Maria De; SILVA, Pollyana; AQUINO, Rafael. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, p. 623-636, 2023.

BRASIL.Câmara dos Deputados. Coordenação de Biblioteca. **Política de desenvolvimento de coleções**: instituída pela Portaria n.º 394/2013 para a Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<https://bd-rest.camara.leg.br/server/api/core/bitstreams/b40074bb-ee21-44bc-99c6-d3feb7c26a75/content>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL.Câmara Legislativa do Distrito Federal. Ato da Mesa Diretora n.º 181/2023. Aprova a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Paulo Bertran, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Diário da Câmara Legislativa**, Brasília, DF, n. 264, 14 dez. 2023.

BRASIL.Senado Federal. **Políticas de seleção, aquisição e descarte do acervo**. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/pdf/politica-de-selecao-e-descarte-de-publicacoes>>. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL.Superior Tribunal de Justiça. Instrução Normativa STJ/GP n. 4, de 28 de março de 2017. **Regulamenta a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2017. Disponível em: <[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108973/IN\\_4\\_2017\\_GP\\_atualizado.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/108973/IN_4_2017_GP_atualizado.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CASSENELLI, Maria José de Arruda. **Biblioteca da antiguidade e da Idade Média**. Brasília, DF: em Questão, 1999.

CARIBÉ, Rita de Cássia Barradas. Conspectus: um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência**

**da Informação**, v. 12, n.1. 2014. Disponível em: [\(PDF\) Conspectus: um método para o gerenciamento de coleções em bibliotecas](#). Acesso em: 22 out. de 2024.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Cursino P. da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o “alternativo”.

**DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 4, ago. 2009.

Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/ago09/Art\\_03.htm](http://www.datagramazero.org.br/ago09/Art_03.htm)>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. D. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DANNER, R. A.; JONES, A. M. **Criando coleções para o século XXI: um guia prático para bibliotecários**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DERVIN, Brenda. **An overview of Sense-Making research: concepts, methods, and results to date**. Seattle: School of Communications, University of Washington, 1983.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Mary Beth. **Developing Library and Information Center Collections**. 4th ed. Colorado: Libraries Unlimited, 2000.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: ABDF, 1979.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, set./dez. 1992. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/430/430>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42785/1/MELO%2C%20Swelen%20Stael%20Leal%20de.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2024.

GARCIA, M.; MARTINEZ, L. Dynamic collection development policies in specialized libraries. **Journal of Library Administration**, v. 60, n. 5, p. 512-528, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42785/1/MELO%2C%20Swelen%20Stael%20Leal%20de.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2024.

HARRIS, P.; CLARK, J. Specialization challenges in law librarianship. **Legal Information Management**, v. 22, n. 1, p. 34-49, 2022.

JOHNSON, Ian M. **Collection Management**. London: Facet Publishing, 2018.

JOHNSON, A.; SMITH, R.; LEE, K. Feedback-driven collection management in law libraries. **Law Library Journal**, v. 112, n. 2, p. 45-60, 2020.

KUHLTHAU, Carol Collier. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/downloadSuppFile/1763/29>>.

Acesso em: 4 set. 2024.

KUMAR, Ranjit. **Research methodology: a step-by-step guide for beginners**. 3. ed. London: Sage, 2011.

LANKES, R. David. **Expect More: Demanding Better Libraries for Today's User**. Information Today, 2011.

LANKES, R. David. **The Atlas of New Librarianship**. Cambridge: MIT Press, 2011.

LEE, S.; KIM, H. Strategies for effective collection development in academic libraries. **College & Research Libraries**, v. 84, n. 2, p. 210-225, 2023.

LIU, X.; MATHEWS, B. Aligning library collections with user needs: a case study. **Library Resources & Technical Services**, v. 66, n. 1, p. 22-35, 2022.

MACHADO, E. C. O desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas: uma análise da situação atual. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, v. 10, n. 1, p. 35-48, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MIRANDA, L. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 78-92, 2020.

MIRANDA, L. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas: desafios e perspectivas. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 123-134, 2016.

MIRANDA, L. A gestão de acervos jurídicos: um desafio constante. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 14, n. 2, p. 78-90, 2018.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, set./dez. 2006.

PARKER, S.; EVANS, M. Digitalization and interlibrary collaboration in law libraries. **International Journal of Legal Information**, v. 50, n. 2, p. 123-138, 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Usuários – informação: o contexto da ciência e da tecnologia**. Rio de Janeiro: IBICT, 1982.

POTTMAIER, Ana Waley Mendonça. **Metodologia para estudo de caso**. Santa Catarina: UNISUL Virtual, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/21932>>. Acesso em: 3 ago. 2024.

RANGEL, Gilson; BATISTA, Michele. **Ações do bibliotecário gestor da informação em bibliotecas jurídicas: mediação e acesso ao conhecimento**. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2022.

Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2496>. Acesso em: 1 fev. 2025.

ROBINSON, D.; GREEN, T. Personalized collection development in special libraries. **Library Trends**, v. 71, n. 3, p. 401-417, 2023.

ROLIM, E. A., CENDÓN, B. V. Modelos teóricos de estudos de usuários na ciência da informação. **DataGramaZero**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/50794>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SANTOS, A. **Gestão de Bibliotecas Jurídicas: desafios e oportunidades**. Editora Jurídica, 2021.

SANTOS, A. O desenvolvimento de coleções jurídicas: particularidades e desafios. **Bibliotecas Especializadas**, v. 5, n. 1, p. 22-35, 2020.

SANTOS, Murilo Bastos dos. A biblioteca jurídica e a informação para o profissional do direito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 25-33, 1981. Disponível em: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2008000300008&script=sci\\_arctext](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0187-358X2008000300008&script=sci_arctext). Acesso em: 1 fev. 2025.

SILVA, J. de L. O desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da Biblioteca Dr. Gilberto de Oliveira Lomônaco da Justiça Federal do Primeiro Grau em Minas Gerais. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 307-321, 2018. Disponível em: <<https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1416>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000.

SMITH, J.; BROWN, T. The impact of policy reviews on collection development. **Collection Management**, v. 46, n. 4, p. 301-315, 2021.

TAYLOR, R.; WHITE, E. The role of librarian expertise in collection development. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 53, n. 4, p. 567-582, 2021.

VERGUEIRO, W. Bibliotecas jurídicas: a importância da informação especializada. **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia**, p. 10-20, 2018.

VERGUEIRO, W. Bibliotecas jurídicas: a importância da informação especializada na prática do direito. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 5, n. 1, p. 10-20, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos. Acesso em: 03 out. 2025, 1997.

VIEIRA, M. Bibliotecas especializadas: conceito e características. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 8, n. 1, p. 15-30, 2014.

WANG, L.; CHEN, Y. Prioritizing immediate use materials in academic libraries. **Library Collections, Acquisitions, & Technical Services**, v. 45, n. 3, p. 89-103, 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN: 9788582602324. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/>>. Acesso em: 2 ago. 2024.

ZHANG, Y.; BISHOP, B. W. User-centered collection development in academic libraries. **Journal of Academic Librarianship**, v. 47, n. 3, p. 102-112, 2021.

## APÊNDICE A

### Questionário aplicado

#### Desenvolvimento de coleções e interação com usuários na RVBI

Este questionário busca coletar informações sobre a percepção do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas que integram a RVBI. Os dados obtidos serão utilizados para analisar as políticas de desenvolvimento de coleções e entender como a participação dos usuários influencia a gestão do acervo.

### Seção 1

#### Informações gerais sobre o bibliotecário

##### 1. Para qual dessas bibliotecas você trabalha

- ☐ Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça - Ministro Oscar Saraiva
- ☐ Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal - Paulo Bertran
- ☐ Biblioteca do Senado Federal - Acadêmico Luiz Viana Filho
- ☐ Biblioteca do Supremo Tribunal Federal - Ministro Victor Nunes Leal
- ☐ Biblioteca da Câmara dos Deputados - Pedro Aleixo

##### 2. Quantos anos você tem?

- até 25 anos
- de 26 a 35 anos

- de 36 a 46 anos
- de 47 a 59 anos
- Acima de 60 anos

3. Qual é a sua formação acadêmica?

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

4. Alguma das opções de pós-graduação acima realizada na área jurídica?

- Sim
- Não

5. Há quanto tempo você trabalha como bibliotecário(a) na instituição atual?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- Mais de 16 anos

## Seção 2

### Políticas de desenvolvimento de coleções

6. A biblioteca onde você trabalha possui uma política formal de desenvolvimento de coleções?

- Sim
- Não

7. Na sua opinião, as políticas atuais atendem adequadamente às necessidades informacionais dos usuários? Marque de 1 a 5, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente.

- Informações práticas para o trabalho
- Informações do âmbito jurídico não diretamente ligadas ao trabalho
- Informações do âmbito não jurídico

8. Com que frequência a política de desenvolvimento de coleções é revisada?

- Anualmente
- A cada dois anos
- A cada cinco anos
- A cada dez anos
- Não é revisada regularmente

9. Avalie de 1 a 5 os critérios utilizados na seleção de novos materiais para o acervo, sendo 1 para menos utilizado e 5 para mais utilizado

- Relevância temática
- Atualidade
- Solicitação de usuário
- Autoridade do autor/editor
- Demanda dos usuários
- Desenvolvimento de séries ou coleções específicas
- Material de referência
- Reposição de material extraviado
- Demanda dos bibliotecários
- Edições especiais

### Seção 3

Interação entre bibliotecários e usuários

10. Quais são as principais formas de interação entre bibliotecários e usuários na sua biblioteca? (Você pode selecionar mais de uma opção). Marque sendo 1 para nunca utilizado e 5 para sempre utilizado.

- Pessoalmente

- E-mail
- Sistema eletrônico (ex: formulário de solicitação online)
- Reuniões e grupos de discussão
- Ligação

11.Com que frequência os usuários solicitam diretamente novos materiais para o acervo?

- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

12.Como o *feedback* dos usuários influencia as decisões de aquisição de novos materiais?

- Diretamente
- Indiretamente
- Não influencia

#### Seção 4

Desafios e melhoria do desenvolvimento de coleções

13. Quais são os maiores desafios enfrentados na gestão do acervo? (Você pode selecionar mais de uma opção)

- Orçamento limitado
- Falta de espaço físico
- Dificuldade em obter materiais atualizados
- Dificuldade de prever as demandas dos usuários
- Falta de funcionários
- Dificuldade de contratos com fornecedores

14. Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar o desenvolvimento de coleções na biblioteca?